

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

TERRITÓRIOS DA CIDADE, TERRITÓRIOS DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE
(DES)ORGANIZAÇÃO DO CENTRO COMERCIAL DE BELÉM

Jorge França da Silva Medeiros (UFPA)

TERRITÓRIOS DA CIDADE, TERRITÓRIOS DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE (DES)ORGANIZAÇÃO DO CENTRO COMERCIAL DE BELÉM

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as implicações do processo de (des)organização espacial da cidade de Belém. A presença de diversos atores sociais atuando na produção do espaço urbano belenense denota a existência de múltiplas territorialidades concorrendo pela apropriação, controle e uso do território. O território, nesse caso, passa a ser o elemento de reivindicações na cidade como forma de garantir a permanência do grupo social na produção do espaço urbano. Nessa perspectiva, identifica-se na relação entre desemprego-trabalho-território, o caminho para se interpretar a (re)definição de territórios na área central de Belém. A visualização de uma cidade em disputa pressupõe a existência de um conflito latente entre a definição do espaço público e o espaço privado, que passa pela (re)significação da funcionalidade estabelecida nas ruas do antigo centro comercial de Belém.

1. INTRODUÇÃO

A necessidade imposta pelo mundo moderno, para alguns, ou, para outros, pós-moderno, à busca da compreensão dos fatos e relações humanas que se estabelecem nos diferentes níveis de escalas, coloca às Ciências Sociais um papel fundamental no presente momento. Nessa perspectiva, a ciência geográfica desponta no âmbito acadêmico trazendo à tona uma das possibilidades para se pensar a realidade. A leitura espacial e territorial da realidade é, sem dúvida, um viés para essas novas possibilidades.

É nesse contexto, que versará o presente trabalho, colocando em relevo uma leitura espaço-territorial, no âmbito do espaço urbano. O destaque maior dado ao ambiente urbano, justifica-se pelo fato desse ambiente apresentar uma dinâmica sócio-geográfica bastante intensa e complexa, se comparada a outros lugares. A esse respeito HAESBAERT (2002) destaca a importância das metrópoles na configuração das relações estratégicas com os territórios da cidade.

A grande arma das metrópoles são as áreas efetivamente comuns, públicas, “desocupadas”. Nestas são traçadas as verdadeiras campanhas táticas informais de ocupação e domínio. Praças, ruas e equipamentos diversos de lazer e serviços são o território onde ocorrem ofensivas e retiradas, onde se alteram controles e normas próprias a cada grupo. (HAESBAERT, 2002: 98)

Ressalta-se, ainda, a relevância da cidade como um ponto estratégico de controle territorial, em que se materializa uma diversidade de fluxos materiais e imateriais, componentes da realidade social. Essas situações favorecem a multiplicidade de usos do solo urbano, pelos diferentes atores sociais.

O espaço urbano de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, por excelência. (CORRÊA, 1995)

A constatação de diferentes usos da terra, no espaço urbano, representa o desenho de uma teia marcada pelas relações de poder. Neste sentido, o espaço urbano apresenta-se como um campo de forças.

A dinâmica espacial imprimida pelo funcionamento do circuito inferior da economia urbana, em Belém do Pará, configura novos padrões de organização sócio-espaciais específicos, sobretudo na sua área central, local de maior movimentação financeira.

Nos últimos anos, verificou-se um aumento considerável do trabalho informal nas vias públicas da capital paraense, motivado pela instabilidade econômica da sociedade, acompanhado do alto índice de desemprego verificado na Região Metropolitana de Belém.

A constatação de diferentes territorialidades, em função da atuação dos camelôs, nesse local, ratifica a idéia de poder na configuração do urbano, mediante a utilização de estratégias susceptíveis a definição de territórios na cidade.

Partindo desse contexto, alguns questionamentos pertinentes podem ser conferidos sobre a temática em análise: Quais os fatores que levam a produção de novos territórios na cidade de Belém, a exemplo dos territórios do trabalho? Quais os efeitos produzidos por essa dinâmica e seus possíveis rebatimentos na organização territorial da área de estudo?

Assim, o presente trabalho tem como objetivos interpretar a dinâmica espaço-temporal da ocupação territorial na área central de Belém; mapear a dinâmica de ocupação e de (re)definição dos territórios do trabalho na área central de Belém e, finalmente, avaliar as repercussões da (re)definição dos territórios do trabalho sobre a ocupação territorial pré-existente na área central de Belém.

Para tanto, algumas etapas tiveram que ser realizadas. A seleção das técnicas de investigação baseou-se no levantamento bibliográfico, à análise documental que permitiram o aprofundamento do conhecimento da realidade privilegiada neste trabalho, bem como na utilização de entrevistas como forma de garantir maior confiabilidade às interpretações sobre o funcionamento do circuito inferior da economia e de seu agente principal, o camelô.

O trabalho está estruturado em três momentos; no primeiro a discussão em torno das categorias território e trabalho permitiriam a construção do arcabouço teórico para se compreender os processos colocados em práticas pelos diferentes atores sócias, mas, em especial, pelos camelôs no desenho da (des)organização da área central de Belém.; no segundo momento privilegiou-se o resgate histórico da área central de Belém com o objetivo de destacar a importância desse fragmento urbano na composição dos territórios da cidade e sua singularidade enquanto área destinada as atividades comerciais varejistas; e no terceiro momento será possível analisar com maior clareza a relação entre o desemprego-camelô-território e os efeitos produzidos pela territorialização do trabalho exercido às ruas do antigo centro comercial de Belém, pelo camelô, bem como o panorama geopolítico que se configura no local, trazendo à tona diferentes sentidos à apropriação, controle e uso do território nos logradouros do centro comercial de Belém.

2. TERRITÓRIO E TRABALHO NA/DA CIDADE

Nos últimos anos, vários trabalhos acadêmicos têm demonstrado atenção especial à dinâmica e aos processos que estruturam a cidade capitalista no Brasil (Gomes, 2001; Souza, 2004, 2005a, 2005b; Sena, 2002) e sua relação com os espaços regional, nacional e

internacional. A preocupação dos pesquisadores acerca da temática urbana deriva da própria condição e do atributo que as cidades consolidaram em tempos pretéritos, principalmente, às metrópoles que (re)desenham uma teia de relações econômicas, sociais, políticas e culturais intra-urbana e, também inter-urbana.

O recente e o intenso ritmo processo de urbanização brasileira, verificado a partir da segunda metade do século XX, bem como a implantação de parques industriais às principais regiões metropolitanas brasileiras permitiu, além de outros fatores, uma diferenciação de espaços nas cidades, cristalizando formas e conteúdos assimétricos, produtos diretos de uma divisão territorial do trabalho entre espaço rural e espaço urbano.

Diante disso, a cidade prevalece, definindo o seu papel perante o contexto regional. A implantação de modernas indústrias, a ampliação e a melhoria dos equipamentos urbanos (hospitais, escolas, bancos, energia elétrica, saneamento básico, habitação, entre outros.), o surgimento de novas oportunidades de trabalho ligadas ao setor de serviços e comércios, sobretudo, e a consolidação de uma classe média urbana capaz de consumir parte da produção dos bens de consumo (duráveis e não-duráveis), tem como corolário a ampliação do poder de influência metropolitano sobre os demais espaços regionais.

A metrópole¹, pois, (re)defini sua função e passa a absorver intensos fluxos materiais (pessoas, mercadorias, serviços), e imateriais (capital e informação) configurando, assim, a sua importância para o contexto regional. A partir de então, a metrópole torna-se um espaço propício a regulação e/ou gestão das diferentes atividades econômicas. A metrópole funciona, pois, como um ponto de controle territorial.

A urbanização brasileira concentrou uma parcela considerável da população rural nas cidades, sobretudo, nas grandes capitais. Conforme Santos (1994) uma urbanização caótica tomou conta das cidades brasileiras. A idéia é revelar o quanto uma cidade, do porte de uma capital, sofre com as implicações de um espaço mal estruturado e com poucas condições de receber um acentuado fluxo populacional, em poucas décadas. Segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) a população vivendo nas cidades brasileiras no início do século XXI girava em torno de 80% (IBGE, 2001).

À medida que a cidade é recheada de novas atividades industriais, comerciais e complementa o seu quadro populacional com as populações advindas do meio rural, o surgimento desses novos espaços depende, substancialmente, da definição de seus usos. Tais

usos definem a maneira pela qual esses espaços serão apropriados, configurando formas e conteúdos – ao mesmo tempo diferentes e complementares entre si -, na metrópole.

Dentro desse contexto, pode-se pensar a (des)organização do espaço urbano a partir das possibilidades reveladas no momento de sua apropriação pelos diferentes atores sociais.

Cabe ressaltar que tais possibilidades dependem, acima de tudo, da localização, da condição econômica e do nível de relações estabelecidas no contexto dos diversos atores sociais.

Assim sendo, a metrópole será concebida como um verdadeiro espaço de luta, segundo Haesbaert (2002) ou como um campo de forças, uma vez que as disputas por determinados fragmentos do tecido urbano dependem das características peculiares dos atores sociais que vivem no ambiente urbano, bem como de suas experiências de pertencimento à cidade. A forma, a intensidade e a complexidade com que essas disputas acontecem são inerentes às relações de poder projetadas no espaço pelos diversos agentes produtores do espaço urbano. Na maioria das oportunidades, há um forte apelo pelo sentido político dessas relações de poder travadas em diferentes áreas da metrópole.

De fato, a partir do momento em que se constata a apropriação de frações do tecido urbano, mediante o estabelecimento de relações de poder, defini-se, pois, um território (Souza, 1995).

No contexto de uma metrópole do porte de Belém, uma das principais capitais da Amazônia Legal, que ainda pulsa sobre o funcionamento das atividades comerciais e de serviços, a situação acerca das possibilidades de inclusão à lógica de seu funcionamento, mediante a apropriação e a definição de territórios parece ser uma das preocupações principais de profissionais ligados à temática urbana, em especial, a geopolítica interna às cidades. É nesse contexto que seguirá, a partir de então, o presente estudo.

Nos últimos anos, basicamente, nas duas décadas anteriores, emergem novas modalidades comerciais, principalmente, na área central da metrópole baseadas numa economia “*subterrânea*” ou estruturada pelo circuito inferior da economia urbana², conforme Santos (1979).

Sendo assim, ao desempenhar as atividades comerciais ligadas ao circuito inferior da economia, os atores sociais excluídos definem, por excelência, o tipo de uso do solo urbano. Ressalta-se, também, que, na cidade de Belém esses fatos agravam-se à medida que o número

de postos de trabalho, no mercado formal, desaparece, o que favorece a expansão do circuito inferior da economia.

As áreas que se apresentam mais propícias a esse tipo de atividade, são também aquelas em que se verificam, com maior intensidade e complexidade, as disputas pelo seu controle espaço-territorial, ou seja, as ruas e travessas do centro comercial de Belém, no bairro da campina.

Nesses locais, há uma multiplicidade de atores sociais atuando, desempenhando diversos tipos de atividades – lojistas, profissionais do sexo, promotores imobiliários, Estado e os camelôs – com diferentes interesses e intenções na apropriação do território.

A realidade social presente, na área em questão, permite, por excelência, um estudo mais profundo e de grande relevância para a ciência geográfica. Desse modo, *pensar a (des)organização da cidade a partir de seus múltiplos territórios* ratifica a idéia de poder presente na produção do espaço urbano, face a atuação dos diversos segmentos sociais.

De fato, uma leitura da realidade urbana, vista numa perspectiva de um campo de forças, acaba resgatando a importância do território para os diferentes grupos sociais e, em especial, para os camelôs – alvo de análise neste trabalho-, pelo fato de permitir a permanência/ existência do grupo nos territórios da cidade³.

O sentido das relações sociais estabelecidas na cidade revela um intrincado jogo de relações e estratégias de manutenção das condições mínimas da reprodução humana. Dentro deste contexto, o meio urbano aparece como pano de fundo, cujo principal componente é, sem dúvida, o território.

Desse modo, pode-se pensar na produção de novos territórios na metrópole, uma vez que tais territórios irão expressar as diferentes territorialidades coexistentes e, ao mesmo tempo, competindo à busca de espaços estratégicos passíveis de apropriação, controle e uso.

Para tanto, faz-se necessário um esforço teórico-conceitual no trato do conceito de território, no âmbito da ciência geográfica.

Hasbaert (2004) apresenta três modalidades de apreensão do conceito de território, sendo que sua contribuição deriva da própria necessidade de revisão dos conceitos geográficos. Para ele, o território apresenta quatro dimensões – a “natural” (mais ligada ao comportamento animal), a política, a cultural e a econômica. Conforme esse autor, a apreensão do território coloca-se da seguinte maneira:

- política [...] onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder [...]
- cultural ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- econômica [...] menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho como produto da divisão “territorial” do trabalho [...] (HAESBAERT, 2004, p. 40)

De acordo com esta análise, percebe-se uma nítida fragmentação da realidade social e territorial. Conforme este autor, vários estudos no campo das Ciências Sociais versaram neste sentido, conduzindo suas pesquisas sem qualquer processo de aproximação com outros ramos do conhecimento, profissionais como antropólogos, sociólogos, etnólogos, economistas e geógrafos procuravam estabelecer suas linhas de pensamento acerca do conceito de território, sem concretizar quase nenhum processo de interação do conhecimento produzido.

O debate referente ao grande volume dos estudos acadêmicos realizados na segunda metade do século XX revelou a importância do território à busca da compreensão da realidade social.

Contudo, a riqueza do conceito de território parecia não despertar o interesse daqueles profissionais. Precisava-se, então, construir novos referenciais teóricos capazes de estimular a superação de uma leitura do espaço e da sociedade.

Ao projetar “um trabalho” sobre a base espacial os atores sociais ratificam e materializam um conjunto de ações que irão culminar na efetiva apropriação (política) do espaço, posto que tal trabalho carrega uma série de significados que se expressarão a partir de suas intenções.

A condição fundamental para que ocorra esse processo é a presença de um espaço inerte⁴, passível de receber diferentes formas de apropriação, seja no sentido econômico, político e simbólico-cultural, segundo o autor. Esta condição levará o autor a afirmar que o espaço seria uma “*prisão original*” e o território a “*prisão que os homens constroem para si*”.(RAFFESTIN, 1993, p.144)

Para efeito de estudo no ambiente urbano, sobretudo quando pensado a partir da idéia de um campo de forças, no qual os interesses assimétricos parecem ganhar mais força, no

atual momento, uma visão estática da acepção de território acaba por limitar o alcance e o reconhecimento dos processos e relações sociais cristalizados nesse tipo de ambiente.

Souza afirma que “... o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.(SOUZA, 1995, p.78) O território, diferente do espaço, é conforme Souza “ um instrumento de exercício de poder”. (SOUZA, 1995, p. 79)

Souza, chama a atenção para a dinâmica de criação e destruição de territórios dentro de uma escala espaço-temporal, e nesse aspecto, inclui-se a esfera do lugar, como sendo fundamental para o entendimento da geopolítica estabelecida na cidade. Segundo o autor “*Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p.ex. uma rua) à internacional (...) territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes...*” (SOUZA, 1995, p.81)

Na medida em que, como qualquer prática espacial, a prática do poder no espaço define um espaço próprio e delimitado, um território, é através de estratégias e táticas territoriais que o poder se manifesta. A territorialidade pode, pois, ser entendida como uma estratégia consciente de tomada de decisão que tenta afetar, influenciar ou controlar ações do reforço do controle sobre uma área geográfica específica. (Sack 1983, apud HAESBAERT, 2004)

Como se percebe, a contribuição de Sack acerca do conceito de territorialidade é bastante importante, uma vez que ela permite um avanço teórico do conceito de território – visto, até então, na perspectiva da fixação territorial, base de atuação do Estado Nação – ao ampliar os níveis de análises da produção de territórios. Neste caso, o território manifesta-se numa escala muito ampla que vai do nível pessoal, de uma sala, de um grupo numa determinada rua, ao nível internacional.

Para Sack, o conceito de território constitui a expressão de uma área dominada por um grupo de pessoas e, através desse domínio, a possibilidade de controlar, dominar ou influenciar o comportamento de outros.

Sendo assim, a necessidade de controlar, dominar ou influenciar exige a mobilização de diferentes estratégias espaciais que, projetadas no território, expressaria(m) a(s) territorialidade(s) humana(s).

A existência dessa(s) territorialidade(s) estaria condicionada por três aspectos fundamentais, na visão deste autor: seria simultaneamente uma forma de classificação de área, uma forma de controle de acesso e ainda um modo de comunicação⁵.

Focalizando os diferentes territórios produzidos no espaço urbano, em especial daqueles identificados na área central de Belém, eles acabam alimentando as idéias de Sack, como no caso dos territórios criados pelos camelôs – agentes sociais excluídos – desempenhando as suas atividades ligadas ao circuito inferior da economia.

Desse modo, as diversas territorialidades urbanas são, de certa forma, uma maneira dos diferentes grupos urbanos se imporem como grupo no contexto de fragmentação da cidade moderna.

Os diferentes grupos urbanos, ao territorializarem certo espaço, estão demarcando os seus territórios de sobrevivência e convivência, além de estarem delimitando fronteiras que vão definir suas posturas sociais tomadas no interior do espaço urbano. (Silva, 2002, p.33).

No caso das territorialidades urbanas, em especial aquela manifestada pelos grupos ou atores sociais considerados excluídos do processo de acumulação capitalista, os chamados camelôs, elas se apresentam mediante o estabelecimento do trabalho enquanto um instrumento de apropriação do território. O trabalho, pois, têm seu significado redefinido, à medida que traz à tona sua dimensão política. De fato, a “*polissemia do trabalho*” (Thomaz Jr., 2002, p.04) traduz a sua dimensão e relevância no período atual.

Neste ponto, não se pode deixar escapar que a discussão acerca do trabalho é, na verdade, uma tentativa de explicar e, ao mesmo tempo, esclarecer as tendências do mercado de trabalho do final do século XX e início XXI.

Nesse sentido, procuramos estabelecer uma relação entre as condições precárias de trabalho vividas pelos trabalhadores de ruas – os camelôs -, e a definição de seus territórios como estratégia de garantia de seus interesses econômicos, sociais, políticos e culturais na metrópole paraense. Por isso, Albornoz tem razão ao afirmar que: “*O trabalho do homem aparece cada vez mais nítido quanto mais clara for a intenção e a direção do seu esforço.*” (ALBORNOZ, 2002, p.11)

Nessa perspectiva, pode-se conceber o real significado do trabalho para os diferentes atores ou grupos sociais que concorrem na produção do espaço urbano. Não seria exagero, portanto, afirmar que a “*polissemia do trabalho*” pressupõe inúmeras vias de interpretação

de sua existência. No caso deste trabalho, a relação estabelecida entre território e trabalho seria uma delas.

Um lugar pode se tornar um território por um tempo e deixa de sê-lo em outro (...). Os lugares podem ser transformados em territórios quando existirem estratégias de controle das ações espaciais que nele se dão. (SILVA, 2002, p.25)

Partindo desse princípio, os territórios do trabalho (que serão mais bem analisados mais adiante) definidos na área central de Belém, emergem, em primeiro plano, em função das estratégias de controle do território concretizadas pelo estabelecimento de atividades ligadas ao circuito inferior da economia. Na maioria das vezes, são indivíduos alijados de uma condição de vida melhor, e que buscam no exercício dessas atividades um meio de estabelecer sua relação de poder e, ao mesmo tempo, o controle parcelar da cidade, através de sua apropriação. E é, justamente, no momento de sua apropriação por intermédio do trabalho que se configuram novos territórios. Em segundo plano, essas estratégias territoriais, que se configuram também como territorialidades, tendem a motivar a construção de identidades desses grupos urbanos. Os possíveis laços simbólicos traduzidos pelos camelôs são concretizados a partir do controle territorial e sinaliza, também, para a (re)afirmação das diferenças no âmbito do espaço urbano belenense.

3. A (RE)DEFINIÇÃO DE TERRITÓRIOS NA ÁREA CENTRAL DE BELÉM DO PARÁ.

As transformações ocorridas, nos últimos anos, na estrutura social e econômica da metrópole paraense trouxeram à tona uma problemática presente praticamente em todas as capitais brasileiras – a expansão do circuito inferior da economia.

A existência do circuito inferior da economia na metrópole paraense deriva das modificações e do acirramento às disputas por postos de trabalhos regulares, em instituições públicas e privadas que, nos últimos momentos, reduzem seus estoques de empregados conforme as exigências do mercado.

Neste cenário, o ambiente urbano emerge como pano de fundo, no qual as possibilidades de superação de situações adversas, para grande parte dos atores sociais urbanos, tornam-se mais reais, à medida que as suas estratégias projetadas *no* território tendem a (re)definir o sentido de uso *do* território.

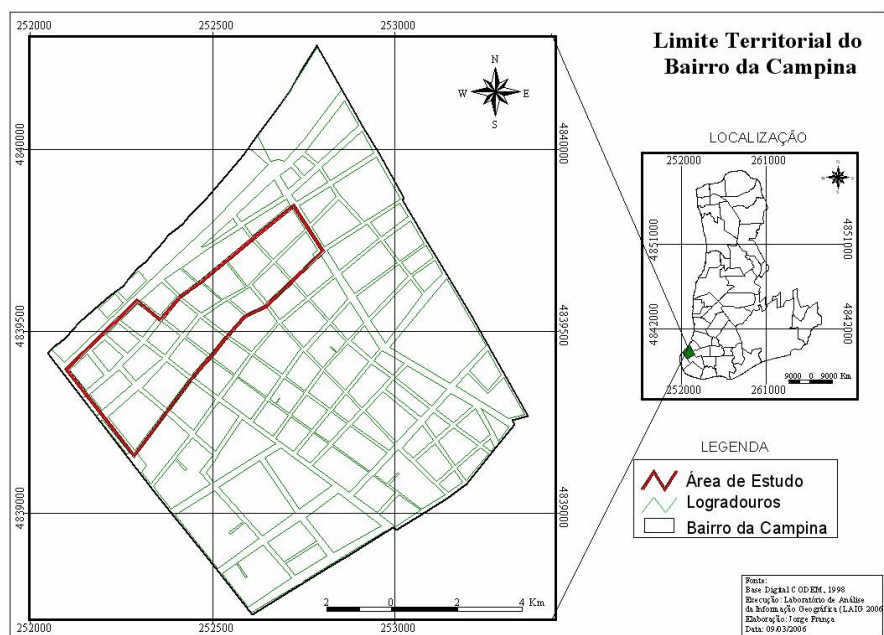
No caso da área central de Belém, principalmente, na circunscrição do antigo centro comercial, a presença de múltiplos atores sociais condiciona a mobilização de diferentes

estratégias espaço-territoriais, em diferentes momentos do dia, como forma de participar do direito à cidade.

Obviamente, é o que ocorre com os chamados camelôs. Esses agentes que participam da produção do urbano exercendo as atividades ligadas ao circuito inferior da economia, uma forma de trabalho em que a rua e o corpo físico parecem ser os principais recursos de sua existência.

A presença maciça desses agentes no antigo centro comercial é justificada pela própria formação histórica da área que sempre esteve articulada às necessidades comerciais e de serviços. É o caso das ruas Conselheiro João Alfredo, Santo Antônio, que compõem esse eixo comercial e as transversais como a travessa Padre Eutíquio e a Campos Sales.

Nesses logradouros, nos últimos vinte anos, verificou-se um crescimento exponencial do número de camelôs exercendo as atividades ligadas ao circuito inferior da economia, caracterizando uma disputa pelo controle e uso do território nesses locais. (Ver mapa abaixo)



Assim sendo, a (re)definição de territórios na área central de Belém ratifica a condição deste local como um dos espaços estratégicos no ambiente urbano, dada as condições espaciais pré-existent.

3.1 – A EMERGÊNCIA DOS TERRITÓRIOS DO TRABALHO NO CENTRO COMERCIAL DE BELÉM E SUAS IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL.

O entendimento da dinâmica de produção e (re)definição dos territórios do trabalho na área central de Belém depende(u) das condições históricas e dos processos espaciais vivenciados pela cidade.

No final dos anos 80, com a consolidação do novo centro comercial no eixo da Avenida Presidente Vargas e a diminuição dos postos de trabalho regulares, agravada pela recessão econômica do país, a cidade de Belém começa a sentir os efeitos do funcionamento do circuito inferior da economia.

Assim, à proporção que diminuem as ofertas de emprego formal aumentam o número de pessoas exercendo e, ao mesmo tempo, inseridas no circuito inferior da economia. Essa parece ser uma relação fácil de se constatar quando da realização de entrevistas com esses agentes. Associam-se a esse fato, outras questões relevantes a respeito do crescimento da informalização como a crescente importância do setor de serviços, pois o desenvolvimento é relativamente fácil de ser viabilizado à margem de qualquer fiscalização e também aos fatores institucionais, em que o governo já teria esgotado sua capacidade de intervir eficientemente no sistema produtivo. A tabela 01 demonstra a evolução do mercado informal na Grande Belém de Janeiro de 1989 a outubro de 97.

Tabela 01: Evolução do mercado informal na Grande Belém (Jan. 89 – Out. 97).

Período	<i>Mercado Informal</i>
Jan/89	173.800 pessoas
Jul/94	192.000 pessoas
Mai/95*	195.600 pessoas
Out/97**	205.000 pessoas

Fonte: PARÁ. DIEESE. O desemprego e o mercado informal na Grande Belém. Belém 1997, p.2

*Dados da PED/RMB (SINE-PA/DIEESE/IDESP)

** Estimativa DIEESE/PA

As recentes transformações na estrutura do mercado de trabalho brasileiro, como a emergência de um novo paradigma produtivo, no qual a disseminação tecnológica e a exigência de uma qualificação da mão-de-obra tornam-se pressupostos essenciais à manutenção dos mercados. Esses fatores têm implicações decisivas acerca da “*polissemia do trabalho*”, conforme Thomaz Jr. (2002)

Nesse contexto, a forma trabalho tem seu significado redefinido, a partir do momento em que a rua (e não mais, somente, a fábrica) é o componente de sua manutenção.

O trabalho realizado pelos camelôs nos logradouros do centro comercial de Belém tem como característica a apropriação do espaço, ou melhor, dos territórios da cidade.

No início dos anos 1990, existiam cerca de 1.195 camelôs exercendo suas atividades no centro comercial de Belém (A PROVINCIA DO PARÁ, 17/02/93). A expansão do número de camelôs atuando no centro comercial de Belém, nos anos seguintes, foi um produto direto do fechamento de postos de serviços no mercado de trabalho formal. Conforme os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) desenvolvida pelo DIEESE/SINE/IDESP, em julho de 1994 (início do Plano Real) existiam cerca de 73 mil pessoas desempregadas só na capital paraense.

Diante disso, os logradouros da área central e, sobretudo, do antigo centro comercial de Belém funcionam como válvula de escape para grande parte dessas pessoas que perderam a condição de empregados.

Nesse sentido, emergem, pois, os chamados territórios do trabalho⁶, cujo elemento central é, sem dúvida, o poder expresso no território da cidade. Um território que passa a ser reivindicado pelos atores sociais excluídos – os camelôs, especificamente. Diante desse quadro, parece lícito afirmar que essa é a estratégia mais geográfica de expressar a idéia de pertencimento à cidade.

3.2 – A DINÂMICA DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS CAMELÔS NO PERÍODO DE 1997 A 2004.

A década de 1990 será um período de incertezas na estrutura econômica do país e, por extensão, dos Estados da Federação. No Estado do Pará os reflexos deste momento atingiram basicamente os setores industriais, comerciais e de serviços reduzindo as perspectivas de crescimento econômico do Estado. A estagnação econômica efetivada no território paraense foi um produto direto da implantação do Plano Real (1994) que, dentre outras conseqüências, reduziu o poder de compra da classe média, bem como contribuiu para a falência de inúmeros estabelecimentos comerciais, sobretudo, na capital.

Com um panorama econômico desfavorável à expansão dos investimentos produtivos na capital, reduziram-se as oportunidades de emprego e de geração de renda à grande parte da População Economicamente Ativa (PEA) na RMB (Região Metropolitana de Belém), no mercado de trabalho formal.

O agravamento desta situação na segunda metade da década de 1990 direcionou uma grande quantidade de pessoas, agora desempregadas, para o exercício das funções ligadas ao circuito inferior da economia na RMB. A questão central (como já foi dito) é que um percentual considerável dessas pessoas e funções estavam (e ainda estão) concentradas no

centro comercial da cidade, principalmente nas ruas Conselheiro João Alfredo e Santo Antônio.

Diante desse quadro de extrema preocupação, a prefeitura municipal, na primeira gestão do prefeito Edmilson Rodrigues, em consonância com os diversos segmentos sociais envolvidos direta ou indiretamente na produção do espaço naquele local, lançou uma nova proposta de ordenamento territorial do antigo centro comercial em 1997.

Nesta oportunidade, a prefeitura de Belém inaugurava uma nova forma de gestão da cidade denominando a, então, proposta de “ordenamento participativo”, reconhecendo o papel e a importância de cada ator social na construção do conteúdo urbano. A introdução de instrumentos participativos à gestão da cidade, parece resgatar a concepção da cidade como um espaço marcado pela diferença e pela multiplicidade de atores e ações sociais que configuram diferentes relações de poder entre si e o espaço, com diferentes características e diferentes intensidades.

Conforme os objetivos da pesquisa, a confirmação de uma cidade em disputa está expressa na relação entre o aumento do número de desempregados, o aumento do número de camelôs e a definição dos territórios do trabalho na área do antigo centro comercial de Belém. Os dados da tabela 02 esclarecem melhor a condição de existência do camelô.

Tabela 02: As razões para exercer a função de Camelô

Razões/Camelô	Nº de entrevistados	%
Desemprego	130	65,0
Autonomia	35	17,5
Vocação	25	12,5
Outros motivos	10	5,0
Total	200	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2004)

Como se percebe, mais de 50% dos camelôs entrevistados tiveram outras formas de trabalho em tempos pretéritos, conforme os padrões da legislação trabalhista brasileira. A necessidade de sobrevivência e de manutenção mínimas de qualidade de vida, face a ausência de oportunidades de emprego no mercado de trabalho formal, empurram a cada dia um número significativo de pessoas às ruas do antigo centro comercial, favorecendo a territorialização desses atores neste local.

O tempo de atuação, desses atores, como camelôs, acompanhou o ritmo de modificações na estrutura do mercado de trabalho da RMB.

Tabela 03: Tempo de atividade como Camelô

<i>Tempo de atividade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
01 ano	25	12,5
02 a 04 anos	37	18,5
05 a 07 anos	53	26,5
08 a 10 anos	85	42,5
Total	200	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2004)

Conforme os números da tabela acima, mais da metade dos entrevistados exercem suas funções num período igual ou superior de cinco anos. Como se pode notar, os números confirmam aquela relação entre desemprego-camelô-território.

A territorialização dos camelôs no antigo centro comercial de Belém durante o período de 1997 a 2004 apresentou três dimensões, no que diz respeito a apropriação do território. A apropriação individual, a apropriação familiar e a apropriação por terceiros, mediante a contratação pelos donos de barracas.

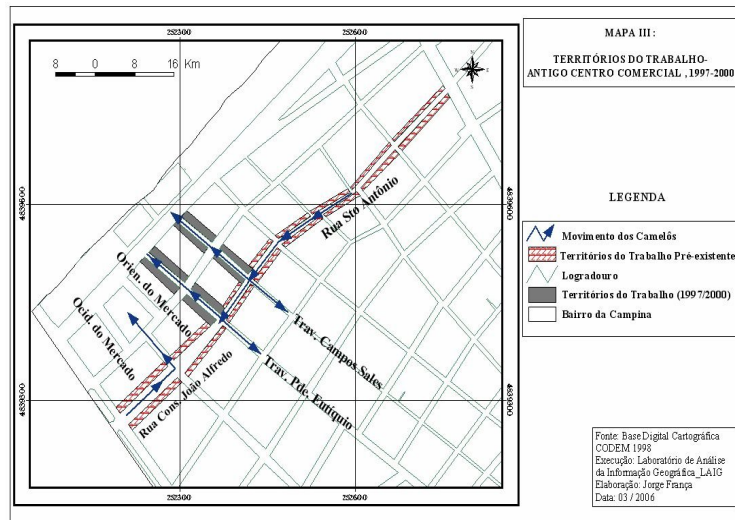
Tabela 04: Formas de Apropriação do território nos logradouros do antigo centro comercial

Formas de Apropriação	Quantidade	%
Sozinho	118	59,0
Familiar	47	23,5
Terceiros	35	17,5
Total	200	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2004)

Verifica-se, pelos dados fornecidos na Tabela 04, o surgimento de um sub-sistema, no qual os donos de barracas tornam-se uma espécie de empregador de uma possível força de trabalho gerada no interior deste circuito. Sem dúvida, um campo de investigação àqueles profissionais presentes na discussão acerca do funcionamento do mercado de trabalho urbano. A proposta de ordenamento territorial concebida pela prefeitura, com a participação dos diversos agentes sociais localizados na área de estudo, acabou estimulando a produção de novos territórios do trabalho nos disputados logradouros da área central.

Desse forma, após longas discussões chegou-se a alternativa de ocupação das vias transversais do chamado eixo: rua João Alfredo, rua Santo Antônio e Avenida Portugal. Sendo remanejados 666 ambulantes. Sendo ocupadas as ruas Oriental e Ocidental do mercado, Tv. Campos Sales e Tv. Pe. Eutiquio (SECON,2002). **(ver mapa abaixo)**



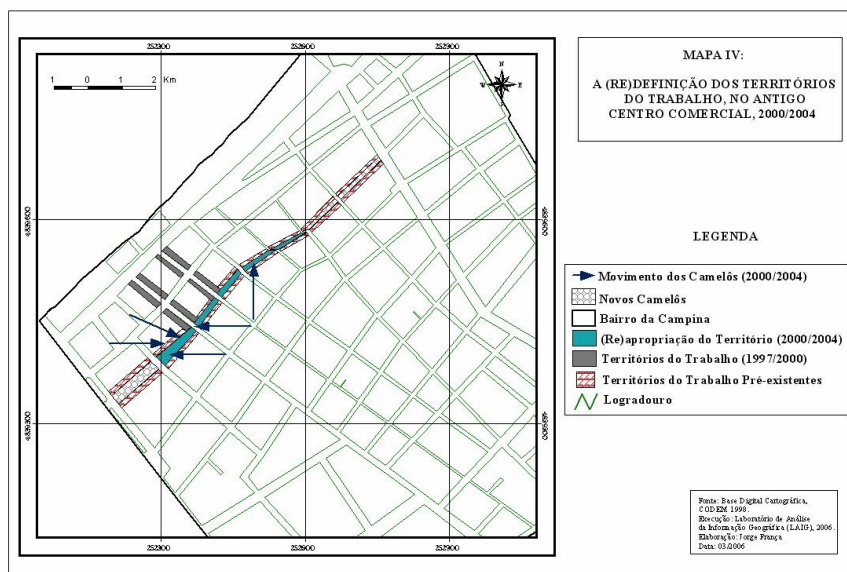
A decisão tomada em conjunto proporcionou a permanência dos camelôs no antigo centro comercial e ampliou os seus respectivos territórios do trabalho. A apropriação das transversais (Padre Eutíquio e Campos Sales) mediante o trabalho exercido pelos camelôs licenciados pela SECON, foi a primeira tentativa de ordenamento colocada em prática na área. Este fato justifica-se pela promulgação da Lei 7862/97 que regulamentou o trabalho desenvolvido nas ruas e praças do município de Belém, tendo o Poder Municipal a função de organizar e fiscalizar essa atividade.

Sendo assim, a definição de novos territórios, apropriados e mantidos pelo trabalho projetado no espaço (no caso do camelô, na rua) ratifica a idéia de poder presente na produção do espaço intra-urbano, uma vez que tais territórios passam a ser exclusivos desses atores e dessa forma de trabalho.

Como se pode perceber, passados quase dois anos do primeiro ordenamento do antigo centro comercial apenas 387 camelôs permaneciam em seus novos territórios exercendo seus trabalhos. A outra parte acabou retornando aos seus locais de origem, caracterizando um processo de (re)apropriação do território no eixo Santo Antônio, João Alfredo.

Pôde-se, portanto, visualizar dois processos de territorialização dos camelôs; um primeiro entre 1997 a 2000 com efetiva participação do Estado e um segundo de 2000 a 2004, realizado exclusivamente pelas estratégias mobilizadas por esses agentes no local em questão. **(ver mapa abaixo)**

Neste segundo processo de territorialização, que acompanha os anos da segunda gestão do prefeito Edmilson Rodrigues, ocorre um sensível aumento do número de camelôs exercendo seu trabalho no eixo João Alfredo e Santo Antônio.



Assim, durante os quatro anos da segunda gestão do prefeito Edmilson Rodrigues a área em destaque passou a ser intensamente disputada pelos diversos agentes sociais presentes, em especial os camelôs uma vez que a competitividade criada entre eles tem aumentado consideravelmente nos últimos anos.

Do ponto de vista estratégico, esses agentes buscavam manter o controle do espaço público a fim de exercerem seus trabalhos, estabelecendo vínculos permanentes com o espaço. Tal controle só foi possível de ser efetivado através da *manifestação territorial do trabalho*. Isto é, um trabalho exercido na escala do território (micro) que impõe limites e tenta afetar direta ou indiretamente a ação de estranhos.

Dessa forma, as ruas localizadas próximas ao eixo João Alfredo e Santo Antônio (bem como esse próprio eixo) parecem perder gradativamente o seu significado de espaço público, local em que o cidadão assegura o direito de usufruto.

Isto posto, a tendência parece caminhar para a (re)significação desses logradouros passando de espaços públicos, conforme a jurisdição política municipal, para a condição de territórios particulares designados pelo trabalho exercido na rua, pelo camelô. A forma de apropriação, controle e uso de tais territórios depende, acima de tudo, às necessidades desses atores sociais.

Notas:

Conforme Souza (2003) uma metrópole se forma a partir do crescimento de uma cidade grande, em geral, uma capital, dando início a “produção de uma área de influência econômica, pelo menos regional” (p.33), exercendo um papel de centro de gestão do território.

² Na sua obra “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos”, Santos aponta dois modelos de circuitos econômicos presentes nas economias subdesenvolvidas. Trata-se da existência do circuito superior da economia, dominado pelos agentes hegemônicos sociais, com a utilização de modernas técnicas de produção, distribuição e controle de mercado. E da presença do circuito inferior da economia, marcada pela baixa movimentação financeira, menor aplicação de capital, existência de produtos com reduzido valor agregado, acirrando as diferenças sócio-espaciais, já que, segundo o autor, esses circuitos “são responsáveis não só pelo processo econômico mas também pelo processo de organização do espaço” (p.16)

³ Os territórios da cidade podem ser entendidos como os fragmentos do tecido urbano, no qual o Estado exerce sua jurisdição político-administrativa, bem como aquelas frações do espaço passíveis de apropriação política pelos diversos grupos sociais que lutam entre si à disputa pelo controle e o uso de tais fragmentos, seja na forma da lei, seja de maneira comum a cada grupo.

⁴Souza (1995) faz uma crítica a esta noção de espaço, na qual uma visão reducionista parece não dar conta da complexidade sócio-geográfica.

⁵ Valverde (2004) afirma que “ ao dizer que a territorialidade seria uma forma de se fazer uma classificação de área, Sack se refere ao fato de que ao se exercer uma estratégia de controle de uma área, cria-se instantaneamente uma limitação para o contato com quaisquer objetos ou pessoas dentro dos limites em questão, sem a necessidade de enumerá-los. Isso se torna possível ao estabelecer um controle direto de acesso, seja por barreiras físicas ou simbólicas, como guaritas ou placas. A terceira e última características da territorialidade está presente na sua necessidades de comunicar o controle exercido, envolvendo um declaração de posse ou exclusão e às vezes também se direção no espaço”. (p.121)

⁶Consistem nos territórios produzidos e definidos a partir da territorialização do trabalho, enquanto prática social, exercido diariamente pelos camelôs nos logradouros do antigo centro comercial de Belém. Sua permanência depende do conjunto de ações e estratégias (de poder) imprimidas à base dos territórios da cidade, seja de forma legalizada, permitida pela jurisdição política do município, ou de maneira irregular, como na maioria dos casos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos, 171).

ANDRADE, Maria Margarida. O Trabalho na Cidade In: **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. CARLOS, Ana Fani; LEMOS, Amália Inês Geraiges (org.). São Paulo: Contexto, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**. 6ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2003.

A Província do Pará. Caderno N° 1, p. 10, 17/02/1993.

BECKER, Bertha. **A Geografia e o Resgate da Geopolítica**. In: Revista Brasileira de Geografia, ano 50, nº especial, t.2, p. 99- 124, 1988.

BALLESTEROS, Aurora. Ciudad y Empleo. In: **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. CARLOS, Ana Fani; LEMOS, Amália Inês Geraiges (org.). São Paulo: Contexto, 2003.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992 (Coleção cidade aberta)

CLAVAL, Paul. **O Território na Transição da Pós-Modernidade**. In: GEOgraphia, ano 1, nº 2, p. 07-26, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ática (Série Princípios). 2005.

CORRÊA, Antônio José Lamarão. **O Espaço das Ilusões: planos compreensivos e planejamento urbano na Região Metropolitana de Belém**. Belém. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – NAEA, UFPA, 1989.

CONDURÚ, Maria Teles; PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Elaboração de Trabalhos Acadêmicos: normas, critérios e procedimentos**. 2ª ed. Belém: NUMA.UFPA, EDUFPA, 2006.

CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações**. Belém: CEJUP, 1992.

DAMIANI, Amélia Luisa. Geografia Política e Novas Territorialidades. In: **Geografia em Perspectiva**. PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. (org.). São Paulo: Contexto, 2002.

Diário do Pará. Caderno cidades, p. 07, 14/09/96.

DIEESE. **O desemprego e o mercado informal na Grande Belém**. Belém, 1997, p.2

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EDUFF. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” a Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 400p. 2004.

JÚNIOR, Carlos Teixeira de Campos. **A Diferença como Alternativa para Administrar os Conflitos nas Cidades**. In: Geografares. Vitória, v.1, nº 1, jun. 2000. p 21-27.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. Tradução; Rubens Eduardo Frias. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

NAIFF, Onilvanda Maria da Penha da Silva. **O Perfil da Economia Informal no Espaço urbano de Belém: a espacialidade do camelô na avenida Presidente Vargas**. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFPA. Belém. 1999.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém: estudo de geografia urbana**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2v. 1968. (Coleção Amazônica).

RAMIRES, José Francisco. **Severinos na Metrópole: a negação do trabalho na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 2001.

THOMAZ JR. Antônio. **Por uma Geografia do Trabalho**. In: Revista Pegada. Vol. 3, Número Especial, 2002. Disponível em www.prudente.unesp.br/ceget. Acessado em 12/10/2004.

TRINDADE JR. Saint-Clair Cordeiro da . **Agentes, redes e territorialidades urbanas.** *In:* Revista Território, Nº 5 – Jul/ Dez. LAGET/UFRJ, p. 31-50,1998.

_____. **Produção do Espaço e Uso do Solo em Belém.** Belém: UFPA. NAEA. PLADES, 1997.

_____. **A Natureza da Urbanização na Amazônia e sua Expressão Metropolitana.** *In:* Geografares. Vitória, v.1, nº 1, jun. 2000. p 117-129.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **O Espaço Divido:** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução: Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção espaços)

_____. **A Urbanização Brasileira.** 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **O Tempo nas Cidades.** *In:* Ciência e Cultura, Out./Dez., vol.54, nº 02, 2002. p. 21-22.

SENA, Ana Laura. **Trabalho Informal nas Ruas e Praças de Belém.** Belém: NAEA, 2002.

SECON. **Número de Ambulantes Por Área do Centro Comercial.** Belém, 1999. (não paginado)

_____. **Sistema de Fiscalização do Mercado Informal.** Belém, 2002. (não paginado)

SILVA, Juan Carlos da. O Conceito de Território na Geografia e a Territorialidade da Prostituição. *In:* **Território e Prostituição na MetrÓpole Carioca.** São João De Miriti, Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseu Fluminense, p. 16-56, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In:* CASTRO, I.E. *et al.* (orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.

_____. **Mudar a Cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a.

_____. **O Desafio Metropolitano.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.

VALVERDE, Rodrigo. Ramos. Hospodar. Felipe. **Transformações no Conceito de Território:** Competição e Mobilidade na Cidade. *In:* GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 15, p. 115-126, 2004.